



EXAME DE ORDEM 03/2006

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO TARDE

PEÇA PROCESSUAL

Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Instruções

1. Verifique se este caderno contém a **proposta de uma peça processual** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda à questão com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **3h30min**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

PROPOSTA DE PEÇA PROCESSUAL

Em 21/08/2006, Homero interpôs reclamatória trabalhista contra a empresa República Ltda. O pedido de insalubridade em grau médio nela contido foi julgado procedente, determinando-se que fosse calculado com base no salário-mínimo nacional, durante o período de 6 meses. Passado o prazo recursal, a sentença transitou em julgado. Como a sentença era ilíquida, restou ordenado que sua liquidação seria mediante cálculos.

Na fase executória, o assistente de contabilidade do juízo elaborou todos os cálculos considerando o adicional de insalubridade com base na Súmula nº 17 do TST, tendo o montante, dessa forma, alcançado R\$ 1.000,00.

O juízo entendeu pertinente não abrir prazo às partes para impugnação à conta liquidada, homologando de imediato os cálculos apresentados pelo servidor encarregado de sua elaboração.

Proferida a sentença homologatória de liquidação, o Juiz determinou, incontinenter, a expedição de mandado de citação e penhora.

Assim, foi feita a penhora de uma máquina de corte da empresa República Ltda. De forma tempestiva, a empresa ingressou com embargos do devedor, alegando excesso na penhora já que o valor do seu débito era “supostamente” de R\$ 1.000,00, e a máquina objeto da penhora estava avaliada em R\$ 15.000,00. Foi ainda mencionado nos embargos o fato de que os cálculos do contador judicial estavam equivocados, tendo em vista a base de cálculo utilizada.

Em 25/01/2007, a empresa foi notificada da sentença dos embargos do devedor, julgados totalmente improcedentes.

A empresa República Ltda. contratou-o para defendê-la.

Atualmente, os cálculos judiciais atualizados, considerando o período que vai da elaboração da conta até a interposição do recurso, atingem o montante de R\$ 1.200,00. Já os cálculos elaborados por você alcançam o valor de R\$ 480,00.

Elabore a peça processual cabível com o intuito de recorrer da sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, utilizando-se da forma técnica mais adequada aos interesses do seu cliente. A data da interposição do presente recurso deve ser o último dia do prazo. Assine-a com o pseudônimo de Rui Barbosa, OAB/RS 0001.